

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

ATA DA VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE ARRUDA DOS VINHOS,
REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 2017

- - Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezassete, nesta vila de Arruda dos Vinhos, no Edifício dos Paços do Município, teve lugar uma reunião ordinária do executivo, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara André Filipe dos Santos Matos Rijo, que declarou aberta a reunião eram quinze horas e dez minutos, com a presença dos seguintes vereadores: -----

- - Rute Miriam Soares dos Santos -----

- - Mário Augusto Anágua Carvalho -----

- - Luís Manuel Gonçalves Rodrigues-----

- - Carla Teresa Munhoz Pinheiro -----

- - Maria Cecília Carvalho Alves Frutuoso Moleiro -----

- - Francisco do Vale Antunes-----

- - Secretariou a reunião a Chefe da Unidade Administrativa e de Modernização, Anabela Alves Marques Anágua, coadjuvada pela Assistente Técnica Isabel Maria Agostinho Anágua da Silva. -----

- - Esteve presente o Chefe da Divisão Financeira e de Recursos Humanos, Bruno Vasco Dias Anágua. -----

PONTO N.º 0 - TRATAMENTO DE ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE PARA A
AUTARQUIA -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA-----

Voto de Pesar: -----

- - O Senhor Presidente propôs à Câmara um voto de pesar, devido a um acontecimento trágico no nosso concelho, na região e no país, que foram as cheias de 1967, que vitimaram muitas pessoas. Passou a ler o voto de pesar, que a seguir se transcreve: -----

« Voto de Pesar -----

“ Município de Arruda dos Vinhos evoca cheias de 1967 “ -----

Passados 50 anos sobre a tragédia das cheias de 1967, o Município de Arruda dos Vinhos recorda a memória da pior catástrofe natural em Portugal depois do terramoto de 1755. -----

De acordo com os jornais regionais da época, as cheias que se registaram no dia 25 de Novembro de 1967, afetaram o Concelho de Arruda dos Vinhos tendo-se registado pelo menos 12 mortos, a destruição de duas casas e danos graves noutras, a queda de uma ponte e danos estruturais numa outra, a sul da Vila, danos severos no sistema de abastecimento de

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

água e nos esgotos, num cenário em que Arruda dos Vinhos ficou isolada durante 48 horas, sem água, nem luz. -----

Não se sabe ao certo quantas pessoas morreram a nível nacional, mas há estudos recentes que apontam para mais de 700 vítimas mortais. No total, mais de duas mil pessoas foram diretamente afetadas. -----

O Município de Arruda dos Vinhos expressa uma mensagem de solidariedade e respeito profundo aos familiares e amigos das vítimas das cheias de 1967, e enaltecer os esforços de todas as entidades públicas e civis que trabalharam arduamente para que os danos de tamanha catástrofe não assumissem no Concelho de Arruda dos Vinhos proporções ainda mais severas.» -----

- - O Voto de Pesar foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR LUIS RODRIGUES -----

20.ª Festa da Vinha e do Vinho -----

- - O Senhor Vereador em primeiro lugar mencionou que a vigésima Festa da Vinha e do Vinho teve muito sucesso, com bastante afluência de público, congratulando-se com o êxito da mesma. Mas como já tinha dito, em particular ao Senhor Vereador Mário Anágua, lamenta a forma como decorreu a sua intervenção no discurso de abertura do certame. Lamenta o sentido que deu na sua intervenção, dando a entender que havia um ano zero na Festa da Vinha e do Vinho e que o seu início ocorreu apenas há cinco anos, esquecendo a sua paternidade e que o sucesso desta mesma festa tem vinte anos. Julga que todos os que contribuíram para a iniciativa e para o nascimento da Festa devem ser realçados e enaltificados. Salienta que, para além do anterior executivo do PSD, uma das pessoas que muito contribuiu, pelo menos na sua opinião, para o sucesso desta Festa, integrou as listas do Partido Socialista para a Assembleia Municipal, nas últimas eleições autárquicas, refiro-me ao senhor Rogério Correia. Portanto, no seu entender, iniciativas como esta que têm sucesso, que têm paternidade e que vieram para ficar, são bem vindas. Não ficaria bem consigo próprio se não mencionasse o que achou ser infeliz da parte do Senhor Vereador. -----

Recomendação “A Água um bem escasso e essencial” -----

- - O Senhor Vereador apresentou a recomendação, em representação do Partido Social Democrata, que passou a ler e que a seguir se transcreve: -----

- - « Considerando que: -----

O país está a viver um período de seca severa; -----

É necessário garantir a sustentabilidade ambiental do nosso território; -----

O nosso concelho tem revelado alguns problemas de abastecimento de água, sobretudo no verão, que levam a cortes no seu fornecimento, com prejuízo para a população; -----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

A água é um bem essencial e cada vez mais escasso, pelo que se torna necessário sensibilizar toda a população para a sua importância e para novos hábitos de consumo; -----
A falta de água tem enormes repercussões no quotidiano das pessoas e das empresas; -----
É necessário adoptar medidas preventivas e implementar um plano de acção concelhio que vise o uso eficiente da água, nomeadamente nos edifícios públicos, espaços de lazer, espaços verdes, recintos desportivos, wc públicos e quaisquer outros espaços públicos; -----
Proponho que a Câmara Municipal aprove a presente RECOMENDAÇÃO, nos termos seguintes: -----

1º - Promova a elaboração de um pacote de medidas que permitam ao nosso concelho preparar-se para eventuais situações de calamidade pública; -----

2º - Das várias medidas possíveis a incluir nesse pacote destacamos: -----

A promoção de um debate público, com a presença da comunidade científica, acompanhado da realização de campanhas de sensibilização, junto das escolas e da população, que alerte para a importância da água e, sobretudo, para a necessidade de se fazer um uso cada vez mais racional e eficiente deste bem essencial; e-----

A elaboração de um Plano Municipal da Água que estabeleça medidas concretas, com vista a dotar o nosso concelho dos meios adequados e necessários a uma eficiente utilização da água, designadamente: (i) a instalação de redes paralelas de condutas em baixa que permitam reutilizar as águas pluviais e as águas tratadas provenientes das ETAR para consumo industrial, regas e lavagens de espaços públicos; (ii) a substituição das redes existentes, por se encontrarem obsoletas, de modo a reduzir o desperdício e perdas de água na rede pública; (iii) a implementação nos edifícios e espaços públicos de sistemas de controlo e abastecimento que visem consumos adequados e moderados de água; (iv) o reforço da fiscalização de modo a evitar a ocorrência de situações ilegais; (v) e a preservação e exploração de minas ou outros recursos naturais que permitam obter reservas de água para fazer face a situações de calamidade pública. -----

RESPOSTAS DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

Festa da Vinha e do Vinho: -----

- - O Senhor Presidente respondeu relativamente à Festa da Vinha e do Vinho e antes de passar a palavra ao Senhor Vereador Mário Anágua, disse o seguinte sobre esta matéria, que não foi intenção da Câmara Municipal passar uma mensagem de que não era a vigésima festa da Vinha e do Vinho, porque considera todos sabem que por altura da primeira Festa da Vinha e do Vinho de quem era a responsabilidade dos destinos municipais e também sabem que na altura, o Vereador Rogério Correia tem créditos muito fortes nesta iniciativa, nesta edição e nas subsequentes enquanto teve o pelouro da cultura, julga ter havido uma má interpretação

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

ou entende que o orador poderá não ter exprimido, certamente, da melhor forma, a interpretação daquilo que ouviu. Afirma que senhor vereador disse foi muito simples: o Senhor Vereador relatou um episódio, que pode testemunhar, quando tomaram posse em outubro de 2013, o que estava proposto para a festa, em termos de programação era zero, uma folha em branco, não existia nada, não havia contratação de artistas, não haviam restaurantes, o senhor Presidente interpreta que aquilo que o Senhor Vereador disse foi situado nessa altura, na altura o executivo camarário falou com o Senhor Rogério Correia que os ajudou no sentido de saber como poderia decorrer a festa e os ajudou a “desatar” este nó, aquilo que foi dito foi no sentido de há quatro anos, após a tomada de posse, este executivo não ter uma programação da festa, permitindo assim que se repensasse no sentido a dar à festa e centrá-la naquilo que acham ser o essencial que é o vinho, como valorização do recurso endógeno, foi isso que foi feito logo nessa edição, tendo novos operadores de vinho no próprio certame, como a Casa Ribeiro Corrêa e a Quinta de S. Sebastião, com a possibilidade de fazerem visitas guiadas às Quintas e à Adega Cooperativa, nessa edição de 2013 começaram logo a mudar um pouco o sentido da festa, apontando para o vinho como o centro da festa, a expressão que o Senhor Vereador utilizou foi recentrar o vinho como o ano zero dando-lhe o papel principal, foi o que o senhor Presidente interpretou das palavras que o Senhor Vereador proferiu com quem teve oportunidade de partilhar a abertura, admitiu que podem haver outras interpretações. -----

- - O Senhor Vereador Mário Anágua, respondeu dizendo que a interpretação foi meramente política, em relação aquilo que disse na abertura do certame, não há nada mais a acrescentar àquilo que o Senhor Presidente referiu, naquele ano e nos seguintes, até à última edição, o objetivo foi ter o vinho como centro da festa, foi pelo vinho que a festa foi criada, é em volta do vinho que a festa é feita, o ano zero, para os organizadores foi em 2013 por essa razão, nunca ninguém disse que o que estava feita para trás estava mal feito, nunca nenhum elemento deste executivo disse que os anteriores quinze anos foram mal feitos, nem foi dito no discurso, nem nunca foi mencionado, simplesmente foi colocado o vinho no centro da festa. Disse ainda que daqui por uns anos poderão vir outras pessoas que queiram dar outro formato à festa e estipularem que esse também será o ano zero. Considera que não foi dito mal dos anteriores certames e nem essa é a sua forma de proceder-----

- Retomou o Senhor Presidente, para dizer que, o balanço da festa foi positivo, foi um momento de afirmação do concelho, correu tudo muito bem, informou que no dia do encerramento houve a oportunidade de falarem com os operadores, que se mostraram satisfeitos, a maioria das pessoas ficaram satisfeitas com o certame, foi bem sucedido, foi mais uma edição, para o ano será a vigésima primeira, ninguém muda a história e ninguém

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

quis dizer que na primeira, que foi o executivo liderado pelo PSD, e bem que teve o apoio do Partido Socialista e continuaria a merecer consoante as políticas municipal na altura.-----

Recomendação:-----

- Quanto à recomendação, do ponto de vista político, não oferece qualquer resistência, todos concordamos com a recomendação, disse que esta é uma preocupação de todos, não só no âmbito local, mas também nacional. Na próxima fatura de água, irão aproveitar para fazer uma campanha de sensibilização dos Municípios para a poupança de água, um recurso imprescindível e tão essencial que também para esta recomendação se materializar é votar a favor do ponto número doze da ordem de trabalhos, uma vez que é o documento de gestão para dois mil e dezoito, onde reflete essa preocupação do executivo relativamente ao aumentar a eficiência na gestão desse recurso tão importante como a água, para consumo público, não é só as poupanças na rede nem no consumo público, mas sim e sobretudo nos reservatórios, porque é imprescindível que estejam bem, são os reservatórios em baixa para aumento da capacidade de armazenagem e de independência, é defender, e já estão a trabalhar, num ponto de abastecimento em alta para o concelho, enfim, é todo um conjunto de matérias que estão em causa. Há um estudo que está previsto no orçamento que vai ser feito com uma empresa especializada na matéria, estão previstos, para investimento, cerca de cento e cinquenta mil euros no orçamento municipal para o ano de dois mil e dezoito, para o setor da água, no entanto se recuarmos a quinze ou vinte anos atrás, certamente não encontramos um investimento desta monta neste caso. Não lhe choca nada esta recomendação, e votam a favor com toda a convicção, porque é uma questão de prioridade política, e ao votarmos também estamos já a realiza-la com a proposta de orçamento que é apresentada no ponto doze da ordem de trabalhos, conforme é do conhecimento do Senhor Vereador. Dizer também que a água é um bem tão essencial, fica satisfeito por mobilizar toda a comunidade política, porque de facto, já chega de ter sucessivos orçamentos e sucessivos executivos a não investirem neste setor. Quando se fala no setor da água, recorda-lhe duas terras, que são Quinta da Serra e Tesoureira, na Quinta da Serra haviam períodos longos durante o ano com falta de água, com força suficiente, o que fizeram, no mandato anterior, foi uma estação elevatória para que não houvesse mais problemas e no verão passado não tiveram problemas no abastecimento de água. Na Tesoureira estavam a abastecer através de um furo de captação próprio que não oferecia, do ponto de vista da salubridade as melhores condições de segurança para os utilizadores da rede, para os consumidores finais, chegaram a um acordo com o sistema de abastecimento público do Concelho de Mafra e através de uma puxada do abastecimento, a água que abastece a Tesoureira é uma água de qualidade. O investimento no setor da água é algo que tem mobilizado e concentrado as melhores energias neste executivo, assim irão

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

procurar continuar a trabalhar para a afirmação desta estratégia que mobiliza toda a comunidade política local. -----

- - O Senhor Vereador Luís Rodrigues, retomou dizendo que não antecipa o sentido de voto no orçamento, mas que se colocasse à votação no sentido do setor da água, teria o seu voto favorável, mas o orçamento tem muito mais pontos a refletir o que se pretende para o futuro do concelho, no que diz respeito à água estão em sintonia e de acordo, daí terá sempre o seu apoio no que diz respeito a assuntos que julga serem de todos, portanto, todos deverão estar em sintonia com isso. -----

- - Outro assunto é sobre a ordem de trabalhos, uma vez que tem doze pontos, e o último é precisamente o Orçamento e Grandes Opções do Plano, seria melhor ser alterada a ordem de trabalhos e propunha que o último fosse o primeiro, porque lhe parecer ser o mais importante e que deve ter mais acuidade na discussão e deixá-lo para último não lhe parece que seja a maneira mais correta de encarar esta questão e dar ênfase aquilo que vêm discutir, esta é uma mera proposta. -----

- - O Senhor Presidente disse que toma nota da proposta, mas que ficar para último, foi precisamente para terem mais tempo para a sua discussão, para depois de tratarem todos os pontos de ordem administrativa, ficarem com o tempo necessário para discutir esse ponto, a ordem foi precisamente a inversa. -----

- - O Senhor Vereador Luís Rodrigues fez esta proposta, referindo que quando foi Presidente da Assembleia Municipal e chagavam ao último ponto já era mais depressa discutido, mas não vê inconveniente. -----

- - O Senhor Presidente passou a colocar a recomendação “A Água um bem Escasso”, para votação. -----

- Foi a mesma aprovada por unanimidade, com duas declarações de voto, que se passa a transcrever: -----

- - A Senhora Vereadora Carla Munhoz, fez uma declaração de voto, dizendo que: “vota a favor, mas a recomendação não vem trazer mais qualquer valor há preocupação que está espelhada no orçamento, na área daquilo que é pretendido fazer e de toda a preocupação do executivo à volta deste tema e desta preocupação que é de todos, a recomendação não acrescenta valor, que fique bem claro, é uma preocupação que é de todos, todos os pontos que estão espelhados, são pontos que todos falaram e são pontos que são debatidos e que depois se refletem nas grandes opções do plano”. -----

- - O Senhor Vereador Vale Antunes, disse que, está inteiramente de acordo com o documento, mas como a Senhora Vereadora Carla referiu, é uma preocupação latente neste momento, e depois no mandato anterior, devido a questões financeiras, onde consta um peso

R. *Amorim*

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

significativo do pagamento dos juros de mora por pagamento de dívida à Epal, por tudo isso, ficou condicionado, agora estão reunidas as condições para que, finalmente, também por isso, para que o Município, no seu orçamento e nas suas GOP apresenta para votação e para execução no próximo ano. -----

-----Ordem do Dia-----

PONTO N.º 1 – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017 --

- - Foi em devido tempo enviado a cada vereador, em formato digital, ata da reunião ordinária de 13 de novembro, pelo que, tendo sido dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

PONTO N.º 2 – 20.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E 20.ª ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) PARA 2017 – RATIFICAÇÃO-----

- - Presente proposta do Senhor Presidente da Câmara, datada de 18 de novembro de 2017 -----

- - Foi deliberado, por maioria, com uma abstenção, ratificar o despacho de deferimento, proferido pelo Senhor Presidente da Câmara, em 18 de novembro.-----

Nos termos do n.º 6 do art.º 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do art.º 31.º e com o art.º 69.º do C.P.A., o Senhor Presidente alegou impedimento para estar presente e discutir este ponto, atendendo ao facto de ter proferido o despacho de deferimento. O executivo tomou conhecimento, e declarou o impedimento, tendo-se o Senhor Presidente ausentado da sala enquanto decorreu a discussão e votação deste ponto, ficando a Senhora Vice-Presidente Rute Miriam Santos a presidir.-----

Transcreve-se a seguinte proposta: -----

- - « Considerando que:-----

Importa reforçar diversas rubricas afetas a despesas com pessoal, a fim de adequar o orçamento às despesas com pessoal; -----

E que carece de reforço em €2.000,00 a dotação da classificação económica 01.02/02.02.24 – “Encargos de cobrança de receitas”; -----

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal aprovar as alterações às opções do plano e orçamento.

Proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar a 20.ª alteração ao orçamento e a 20.ª alteração às GOP para 2017, as quais totalizam €54.000,00 e -€52.600,00, respetivamente.-----

A presente modificação orçamental implica uma transferência de despesas correntes para despesas de capital na ordem de €10.500,00. » -----

- - O Senhor Vereador Luís Rodrigues, em representação do PSD, absteve-se neste ponto.-----

PONTO N.º 3 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO DURANTE O ANO 2018, ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 300.000,00 EUROS -----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

- - Presente proposta do Senhor Presidente da Câmara, datado de 22 de novembro de 2017-----
- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve: -----
- - « Considerando que:-----
- Os momentos de maior volume de pagamentos, não coincidem necessariamente com os momentos de maior volume de receita; -----
- Existe necessidade de, ao longo do ano económico, manter uma resposta em termos de disponibilidade de tesouraria, adequada à oscilação da despesa; -----
- Considerando ainda que: -----
- Dispõe o artigo 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que os municípios podem contratualizar empréstimos de curto prazo, desde que estes sejam totalmente amortizados até ao final do exercício económico em que foram contratados, e que o limite da dívida total não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;-----
- Face às necessidades de tesouraria previstas para o ano de 2018, e tendo por base os níveis de utilização em 2017, afigura-se razoável e suficiente prever a utilização de 300.000,00 Euros; -----
- De acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a aprovação de empréstimos a curto prazo, pode ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, para todos os empréstimos que o município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento. -----
- Proponho que: -----
- Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 50.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Câmara Municipal solicite à Assembleia Municipal, que autorize e aprove os empréstimos de curto prazo que o Município de Arruda dos Vinhos venha a contrair durante o período de vigência do orçamento previsto para 2018, até ao limite máximo de 300.000,00 euros, para ocorrer a eventuais dificuldades de tesouraria; -----
- A Câmara Municipal delibere realizar uma consulta a cinco instituições de crédito – Banco BPI, Santander Totta, Novo Banco, Caixa Geral de Depósitos e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo – tendo em vista a contração do referido empréstimo de curto prazo, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, na modalidade de abertura de crédito em regime de conta-corrente, com prazo até 31/12/2018, no montante máximo de €300.000,00 (trezentos mil euros), com pagamento postecipado de juros, em prestações trimestrais, calculados diariamente sobre o saldo de devedor, com taxa indexada à Euribor (base 360 dias) a três meses. »-----
- PONTO N.º 4 – MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2018** -----

B. Frazão

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

- - Presente proposta do Senhor Presidente da Câmara, datada de 21 de novembro de 2017 -----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, que a seguir se transcreve: -----

- - « Os mapas de pessoal devem conter indicação do número de Postos de Trabalho (PT) de que os serviços carecem para o desenvolvimento da sua atividade em cada ano, quer correspondam a necessidades permanentes, quer transitórias, devendo, neste pressuposto, estarem previstos todos os PT ocupados e também aqueles que se pretendem recrutar nesse ano. -----

Tratando-se de um instrumento fundamental para a gestão dos recursos humanos, e imprescindível para a gestão financeira, o mapa de pessoal para o ano de 2018 reflete, por um lado, a situação atual no que respeita aos postos de trabalho ocupados e, por outro lado, procura antecipar as necessidades de recrutamento futuras que permitam o normal desenvolvimento das atribuições e competências cometidas ao município. -----

Salienta-se o facto de, no ano de 2017, até à presente data: -----

Ter entrado 1 trabalhador da carreira / categoria de Técnico Superior para a SCDJ - Setor Cultural, de Desporto e Juventude da DSC - Divisão Sociocultural, na atividade de «Animação Cultural e Educação Comunitária»; -----

Terem entrado 16 trabalhadores da carreira / categoria de Assistente Operacional, dos quais:

3 trabalhadores para o SO – Setor de Oficinas da DOAQV - Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida:-----

2 para a atividade de «Eletricista»; -----

1 para a atividade de «Mecânica». -----

2 trabalhadores para o ST – Setor de Transportes da DOAQV - Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida, para a atividade de «Condução de Viaturas»; -----

1 trabalhador para o SOM – Setor de Obras Municipais da DOAQV - Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida, para a atividade de «Pedreiro»;-----

2 trabalhadoras para o SAQV – Setor de Ambiente e Qualidade de Vida da DOAQV - Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida: -----

1 para a atividade de «Higiene e Limpeza Urbana»; -----

1 para a atividade de «Limpeza e Conservação de Edifícios». -----

8 trabalhadoras para SE – Setor de Educação da DSC - Divisão Sociocultural, na atividade de «Educação». -----

Estar a decorrer procedimento concursal para provimento de 10 trabalhadores para a carreira / categoria de Assistente Operacional para o SOM – Setor de Obras Municipais da DOAQV -

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida, para a atividade de Limpeza e Conservação de Vias e Arruamentos.-----

Ter saído: -----

Em mobilidade para o Município de Vila Franca de Xira, pelo período de 18 meses, com efeitos a partir de 01/08/2017, 1 trabalhador da carreira / categoria de Técnico Superior, do GAT - Gabinete de Apoio Técnico da DOAQV - Divisão de Obras, Ambiente e Qualidade de Vida, da atividade de «Engenharia Civil»; -----

Em mobilidade para o ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) Oeste Sul, em Sobral de Monte Agraço, pelo período de 1 ano, com efeitos a partir de 01/04/2017, 1 trabalhadora da carreira / categoria de Assistente Operacional, do SE - Setor de Educação da DSC - Divisão Sociocultural, na atividade de «Educação»; -----

Em Licença sem Remuneração pelo período de 1 ano, com efeitos a 04/08/2017, 1 trabalhadora da carreira / categoria de Assistente Operacional, do SE - Setor de Educação da DSC - Divisão Sociocultural, na atividade de «Educação»; -----

Por falecimento, com efeitos a 12/09/2017, 1 trabalhador da carreira / categoria de Assistente Operacional do SE - Setor de Educação da DSC - Divisão Sociocultural, na atividade de «Portaria».-----

Os valores orçados na presente proposta de Mapa de Pessoal refletem: -----

O expectável aumento da Remuneração Mínima Mensal Garantida (RMMG) para os 580 € mensais; -----

O reposicionamento remuneratório dos trabalhadores que por terem 10 ou mais pontos acumulados em sede de Avaliação de Desempenho, no âmbito do SIADAP – Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública, estão em condições de alterar o seu posicionamento remuneratório, mas apenas em 33% do valor do aumento salarial, de acordo com a proposta de Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2018; -----

A eventual renovação das mobilidades intercategorias existentes e cujos términos ocorrem em 31/12/2017. -----

Assim, considerando que, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o Artigo 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e com a alínea o) do n.º 1 do Artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a competência para manter ou alterar o mapa de pessoal é da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, proponho que a Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos, na sua reunião ordinária de dia 27 de novembro de 2017, aprove esta proposta e a remeta, à Assembleia Municipal de Arruda dos Vinhos, para que este órgão se digne: -----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

«Aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2018.» -----

PONTO N.º 5 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ANO LETIVO 2017/2018 – INDEFERIMENTO DE CANDIDATURAS-----

- - Presente proposta do Senhor Presidente da Câmara, datada de 21 de novembro de 2017 -----
 - - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, que a seguir se transcreve: -----

« Considerando que é competência da Câmara Municipal “deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita à alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes”, nos termos da alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º., da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Atendendo ao Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, que estabelece o regime aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar, conjugado com o Despacho n.º 11861/2013, de 12 de setembro, do gabinete do secretário de estado do ensino e da administração escolar. -----

Tendo ainda em consideração o estipulado no regulamento da ação social escolar. -----
 Terminado o prazo de 10 dias, considerando que os interessados não efetuaram qualquer diligência e que os pressupostos e condições iniciais se mantêm, proponho o indeferimento das respetivas candidaturas, nos termos do CPA. »-----

Nome do Aluno	Nível de ensino	Recenseamento
Ricardo Freixo Norte	Pré - escolar	União das freg. Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras
Dinis Vicente Lopes Granja	Pré - escolar	Freguesia da Carnota
Rodrigo Freixo Norte	4.º Ano	União das freg. Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras
Sara Nazaré Barbosa Valada	3.º Ano	Freguesia de Vila Chão de Ourique

PONTO N.º 6 – XX ANIVERSÁRIO DA AJAV – ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DE ARRUDA DOS VINHOS – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO-----

- - Presente proposta do Senhor Presidente da Câmara, datada de 21 de novembro de 2017, afim de ser atribuído um subsídio, no valor de 400 € (quatrocentos euros) -----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, que a seguir se transcreve: -----

- - « A Associação de Jovens de Arruda dos Vinhos, fundada em 1997, assinalou, no passado dia 31 de outubro, o seu XX Aniversário de existência. Tendo por principais objetivos

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

desenvolver a cooperação e a solidariedade entre os seus associados, promovendo o desenvolvimento cultural, desportivo, social e recreativo, e ainda, a promover o estudo, a investigação e a difusão de notícias, visando a integração social dos jovens, esta associação juvenil organizou no dia 4 de novembro, no Pavilhão Multiusos de Arruda dos Vinhos, a sua festa de aniversário.-----

Dispõe a alínea u), do Artigo 33º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, que é competência da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, recreativa ou outra de interesse para o município.-----

Assim e tendo em vista apoiar os encargos decorrentes das celebrações do XX Aniversário da AJAV, proponho a atribuição de um subsídio de 400€ à Associação de Jovens de Arruda dos Vinhos.» -----

PONTO N.º 7 – MISSÃO CONTINENTE 2017 -----

- - Presente proposta da Senhora Vereadora Carla Munhoz, datada de 20 de novembro de 2017

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, que a seguir se transcreve: -----

- - « Considerando que:-----

- A *Missão Continente 2017*, é uma iniciativa que tem por objetivo apoiar as entidades que promovam e desenvolvam projetos de sensibilização e/ou ações nas áreas da Alimentação Saudável, Desperdício Alimentar e Inclusão Social;-----

- O município de Arruda dos Vinhos implementou a Loja Social, tendo a mesma como um dos principais objetivos contribuir e promover a eficácia da resposta social, para uma melhoria das condições de vida dos munícipes em situação de vulnerabilidade, através da atribuição de bens de diversa natureza, de primeira necessidade, bem como suprir as necessidades imediatas dos munícipes, através da distribuição de géneros, doados por empresas ou particulares ou adquiridos pela autarquia; -----

- O consenso existente para a importância de iniciativas de apoio social de âmbito alimentar, bem como a necessidade de reforçar a articulação do trabalho em rede, materializada no estabelecimento de declarações de parceria, designadamente com as Juntas de Freguesia do Concelho, Conferência Vicentina Nossa Senhora da Salvação, ACES – Estuário do Tejo – Unidades Funcionais de Saúde: USF Arruda, UCC de Arruda dos Vinhos, UCSP de Arruda dos Vinhos e Arranhó e Hospital Vila Franca de Xira;-----

- É competência da Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças, nos termos da al.u), do n.º 1, do art.º 33.º, da lei n.º 75.º/2013, de 12 de setembro; -----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

- A atribuição de donativo, no âmbito da *Missão Continente 2017* será entregue ao projeto desenvolvido no âmbito das áreas mencionadas. -----

Proponho aprovar a apresentação de um projeto no âmbito da *Missão Continente 2017* visando melhorar e promover a qualidade de vida dos munícipes, numa lógica de promoção de medidas de desenvolvimento social integrado e de reforço à inclusão e coesão social, nos termos do Regulamento em anexo.» -----

PONTO N.º 8 – REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO PARA INTEGRAR A ROTA HISTÓRICA DAS LINHAS DE TORRES – RATIFICAÇÃO-----

- - Presente despacho de nomeação, proferido pelo Senhor Presidente da Câmara, datado de 22 de novembro de 2017-----

- - Foi deliberado, por unanimidade, ratificar o despacho de deferimento, proferido pelo Senhor Presidente, em 22 de novembro de 2017-----

- Considerando a urgência, dado realizar-se já, no próximo dia 28 de novembro de 2017, a eleição e posterior tomada de posse dos novos órgãos da RHLT – Associação para o Desenvolvimento Turístico e Patrimonial das Linhas de Torres Vedra, devendo o município indicar até ao dia 23 de novembro os representantes do município, designo como representantes do município de Arruda dos Vinhos, na referida Associação, Rute Miriam Soares dos Santos, Vice-Presidente da Câmara, e a Técnica Superior, Ana Filipa Daniel Correia, devendo este ato ser sujeito a ratificação na próxima reunião de câmara, nos termos do n.º 3, do art.º 35.º, da lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro -----

“ Nos termos do n.º 6 do art.º 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 4 do art.º 31.º e com o art.º 69.º do C.P.A., o Senhor Presidente alegou impedimento para estar presente e discutir este ponto, atendendo ao facto de ter proferido o despacho de deferimento. O executivo tomou conhecimento, e declarou o impedimento, tendo-se o Senhor Presidente ausentado da sala enquanto decorreu a discussão e votação deste ponto, ficando a Senhora Vice-Presidente Rute Miriam Santos a presidir”. -----

PONTO N.º 9 – PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EMITIDO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 29 DE DEZEMBRO DE 2014, PARA A REGULARIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DE OPERADOR DE GESTÃO DE RESÍDUOS, SOLICITADA PELA EMPRESA JORGE E CORTEZ – RECICLAGEM DE METAIS, LDA, SEJA EXTENSÍVEL À EMPRESA FUTURO VERDE, SOLUÇÕES AMBIENTAIS, LDA -----

- - Presente proposta da Senhora Vice-Presidente Rute Miriam, datada de 10 de novembro de 2017-----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, que a seguir se transcreve: -----

- - « Considerando:-----

A empresa Futuro Verde, Soluções Ambientais, Lda assegurou a transmissão do alvará de gestão de resíduos de Jorge e Cortez, conforme averbamento do alvará concedido pela CCDRLVT em 28 de novembro de 2014.-----

Considerando que a Câmara Municipal estabeleceu com a empresa FVSA, em 18 de maio de 2017, um contrato para planeamento de elaboração de um plano de pormenor para a regularização das suas instalações a incidir sobre os prédios rústicos denominados por “Vale da Arpana”, com a área de 10200 m2, confrontando a norte com António Além, a sul com estrada e Manuel Luís Conceição Ferreira, a nascente com caminho e a poente com JJC Imobiliária, SA, descrito no registo da conservatória de Arruda dos Vinhos sob o n.º 3054/20101125 e inscrito na matriz sob o artigo 41 secção R da freguesia de Arranhó, por “Travessas”, com a área de 2105 m2, confrontando a norte e nascente com JJC Imobiliária, SA a sul com Jorge e Cortez – reciclagem de ferros e metais, lda e a poente com Avenida Francisco Sá Carneiro, descrito no registo da conservatória de Arruda dos Vinhos sob o n.º 3084/20110606 e inscrito na matriz sob o artigo 59 secção R da freguesia de Arranhó, por “Travessas”, com a área de 3130 m2, confrontando a norte com António Além, a sul e nascente com JJC Imobiliária, SA e poente com Avenida Francisco Sá Carneiro, descrito no registo da conservatória de Arruda dos Vinhos sob o n.º 3204/20140422 e inscrito na matriz sob o artigo 61 secção R da freguesia de Arranhó e sobre os prédios urbanos denominados por “Casal das Galhofas”, com a área de 1477,24 m2, confrontando a norte com Jorge e Cortez – reciclagem de ferros e metais, lda, sul, nascente e poente com caminho público, descrito no registo da conservatória de Arruda dos Vinhos sob o n.º 1596/20090702 e inscrito na matriz sob o artigo 1503 da freguesia de S. Tiago dos Velhos e por “Nossa Senhora da Ajuda”, com a área de 2657,58 m2, confrontando a norte com JJC Imobiliária S.A., sul com Maria de Jesus da Conceição Silva Lourenço, nascente com caminho público e poente com Variante à E.N. 115, descrito no registo da conservatória de Arruda dos Vinhos sob o n.º 3025/20100623 e inscrito na matriz sob o artigo 2720 da freguesia de Arranhó. -----

Considerando ainda que em reunião de 28 de dezembro de 2016, a Câmara Municipal deliberou, de acordo com o artigo 76.º do mesmo diploma, dar início ao processo de elaboração do plano de pormenor para regularização da unidade industrial de operador de gestão de resíduos, pelo prazo de sete meses e que o mesmo foi prorrogado por mais sete meses, por deliberação de Câmara de que em reunião de 24 de julho de 2017.-----

Nestes termos, proponho que: -----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

A Câmara Municipal se assim o entender poderá considerar relevante, a extensão do reconhecimento de interesse municipal de regularização e manutenção no local da empresa Jorge & Cortez – Reciclagem de Metais, Lda., à empresa Futuro Verde, Soluções Ambientais, Lda.» -----

PONTO N.º 10 – PLANO DE PORMENOR DE OPERADOR DE GESTÃO DE RESÍDUOS REIS E REIS – COMÉRCIO DE SUCATAS, LDA, INCLUSÃO DE ÁREA A AMPLIAR NA DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL-----

- - Presente proposta da Senhora Vice - Presidente, datada de 15 de novembro de 2017 -----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, que a seguir se transcreve: -----

- - « Considerando que:-----

Em 29/12/2014 a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade o reconhecimento de interesse público municipal para a regularização e manutenção deste estabelecimento no local em que se insere, até à conclusão da revisão do PDM. -----

Após apresentação de proposta da empresa, a Câmara Municipal aprovou em reunião de Câmara de 28 de dezembro de 2016 e prorrogou em 24 de julho de 2017 a elaboração de um plano de pormenor para regularização dessas instalações. -----

A área em causa, cuja delimitação consta na planta de implantação apresentada em anexo à presente proposta, encontra-se contemplada na área de intervenção desse Plano de Pormenor.

O prazo para a elaboração do plano de pormenor encontra-se a decorrer, aguardando-se a apresentação da proposta de plano para a devida apreciação. -----

Nestes termos, proponho que:-----

A Câmara Municipal se assim o entender poderá considerar relevante o reconhecimento de interesse público municipal na regularização, manutenção e ampliação deste estabelecimento no local em que se insere para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do D.L. n.º 165/2014 de 5 de novembro e Lei n.º 21/2016 de 19 de julho e remeter o mesmo para a Assembleia Municipal no sentido de a mesma, se assim o entender, deliberar o reconhecimento de interesse público municipal da regularização, manutenção e ampliação deste estabelecimento. » -----

PONTO N.º 11 – PLANO DE PORMENOR DE FVSA – FUTURO VERDE SOLUÇÕES AMBIENTAIS, LDA, INCLUSÃO DE ÁREA A AMPLIAR NA DECLARAÇÃO DO INTERESSE MUNICIPAL-----

- - Presente proposta da Senhora Vice - Presidente, datada de 10 de novembro de 2017-----

- - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, que a seguir se transcreve: -----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

- - « Considerando:-----

Que a área em causa, cuja delimitação consta na planta de implantação apresentada em anexo, á presente proposta, já se encontra contemplada na área de intervenção do Plano de Pormenor, cuja elaboração foi aprovada em reunião de Câmara de 28 de dezembro de 2016 e prorrogada em 24 de julho de 2017.-----

Que o prazo para elaboração do Plano de Pormenor se encontra a decorrer, aguardando-se a apresentação proposta de plano para apreciação.-----

Nestes termos, proponho que:-----

A Câmara Municipal se assim o entender poderá considerar relevante o reconhecimento de interesse público municipal na regularização, manutenção e ampliação deste estabelecimento no local em que se insere para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do D.L. n.º 165/2014 de 5 de novembro e Lei n.º 21/2016 de 19 de julho e remeter o mesmo para a Assembleia Municipal no sentido de a mesma, se assim o entender, deliberar o reconhecimento de interesse público municipal da regularização, manutenção e ampliação deste estabelecimento.»-----

PONTO N.º 12 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2018-----

- - Presente proposta do Senhor Presidente, datada de 22 de novembro de 2017-----

- - O Senhor Presidente agradeceu aos colegas da vereação pelo contributo que deram na elaboração deste documento e a todos os serviços do Município, nomeadamente, e mais concretamente à Divisão Financeira e de Recursos Humanos na pessoa do seu Chefe de Divisão, Dr. Bruno Anágua, que está presente nesta reunião, e que é sempre incansável nestas situações e nele cumprimentar todos os serviços do Município que contribuíram para a produção deste documento. O documento será deliberado e depois remetido à Assembleia Municipal . Este documento nunca é um exercício fácil de fazer, para o orçamento e grandes opções do plano ou em qualquer área, este também não foi exceção, costuma dizer que este é o documento possível apresentar, não é o documento que gostariam.-----

De apresentar, mas dentro das possibilidades é o melhor irá sempre defendê-lo, até porque parece ser um orçamento muito equilibrado que responde às necessidades do nosso concelho e que vai ao encontro daquela que foi uma estratégia que foi sufragada recentemente em atos eleitorais e também no âmbito da convenção 2020 documento estratégico que está subjacente.

- Em termos de números deste orçamento, são doze virgula sete milhões de euros, entre aquilo que são as receitas que se prevêem arrecadar e aquilo que se pretende realizar, os documentos previsionais, são isso mesmo, uma previsão daquilo que são as receitas e a previsão daquilo que são as despesas e depois tem um conjunto de opções que revelam aquilo que é um plano de ação e portanto entre aquilo que é os doze virgula sete, de ressaltar que é o exercício que

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

vai terminar em dois mil e dezassete, tinham uma diferença de um milhão de euros, a proposta de orçamento que apresentaram foi de treze virgula sete milhões de euros e agora está ajustada em baixa aquilo que foi proposta inicial do orçamento para dois mil e dezassete, há cerca de um milhão de euros, o que é decorrente de algumas situações cativas e comprometidas no exercício que advêm de algumas situações do ponto de vista de candidaturas a fundos comunitários e outras fontes de financiamento. É um orçamento equilibrado, conservador e que de alguma forma, tem um princípio subjacente fundamentais, um que é o equilíbrio orçamental e outro que é a consolidação orçamental, e portanto, não significa isto que não seja um orçamento ambicioso, que se preocupa em cumprir compromissos assumidos e portanto é um instrumento importante para que se possam executar obras que estão, há muito, ansiadas pela população e também por objetivos que na atividade municipal são verdadeiras prioridades políticas, como passou a discriminar. Este orçamento vem fazer jus às Juntas de Freguesia do Concelho, passaram desde dois mil e doze um ciclo de transferências para as Autarquias Locais, as mais próximas das populações, o PAEL veio complicar e reduzir num valor de cinquenta por cento nestes anos nas transferências correntes e de capital para as Juntas de Freguesia e que irão finalmente, como tinham dito anteriormente, começar a inverter este ciclo e dar-lhes maiores condições com um aumento de quinze por cento naquele que é o bolo das transferências financeiras para dois mil e dezoito, esperando com isto dar mais condições de autonomia e capacidade de gestão e de resposta às comunidades locais através das Juntas de Freguesia. Este é um orçamento que tem claramente opções de investimento, opções que estão validadas pelo Centro 2020 candidaturas a fundos comunitários que a autarquia fez. O Parque Urbano das Rotas vai cativar algumas verbas de investimento e que está em execução e que se prevê o seu encerramento no primeiro semestre de dois mil e dezoito, compromete a receita e a despesa e a capacidade de endividamento, neste caso de investimento. A requalificação do Centro Escolar de Arruda, que é dentro dos Centros Escolares que pretendem intervencionar ao longo deste mandato, aquele que cativa uma verba maior e que se prevê logo que tenhamos o visto do tribunal de Contas, que também irá a sessão da assembleia municipal para esclarecimentos, para se executar esta obra a bom tempo e de acordo com aquilo que é o objetivo de toda a comunidade escolar que está envolvida neste processo. É um orçamento que olha para as opções de investimento que estão a ser desenvolvidas no Município. A questão do coletor de A do Baço é uma questão política desde a primeira hora, um sonho de trinta anos que tem sido adiado, finalmente vai ser atirada a primeira pedra em dezasseis de Dezembro com a presença do Senhor Secretário de Estado Carlos Martins e simultaneamente falta fazer alguma rede em baixa de ligação a esse coletor, que vai de A do Baço ao Carvalhal e depois até à ligação da

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

ETAR de Bucelas, também estão previstas verbas no orçamento de duzentos e sessenta e cinco mil euros para se poder fazer face a esse investimento nessa rede em baixa e melhorar o nosso raking, que como sabem, o tratamento de águas residuais (esgotos) que tinham, no Concelho em dois mil e treze, cerca de trinta e cinco por cento, no final de este ano temos perto de setenta por cento, o objetivo é alinharmos com o Arruda 2025 Plano estratégico e chegarem em dois mil e vinte cinco, com cerca de oitenta por cento dos resíduos tratados, esta obra é o contributo importante para esse objetivo estratégico municipal. O investimento na água, foi presente uma recomendação, que foi aprovada por unanimidade, na data de hoje, este é então um assunto de preocupação de toda a comunidade política e local, a Câmara tem consciência que neste setor ainda há muito por fazer, disse terem consciência que os esforços que têm feito com a monitorização da rede com substituição de algumas condutas, algumas com contadores onde não estavam a ser medidos, as perdas já não estão nos cinquenta por cento, está um pouco mais baixa, cerca dos quarenta por cento, mas ainda assim a percentagem é muito elevada, o que nos deve convocar a todos para agir e agir, neste caso, é detetar as fugas a tempo e horas e é contratar serviços que possam de imediato atuar e estancar a rotura, para passarmos para uma percentagem significativamente mais baixa para se poder aliviar, não só a Câmara Municipal, como também, o défice tarifário para no último recurso escasso, como todos sabem, este investimento na água tem também uma componente de investimento na monitorização da rede e na realização de um estudo, de forma a poder fazer a médio e longo prazo a sustentabilidade deste setor, tem também encargos previstos na limpeza de célula, a preocupação não é só esta, estão preocupados com questões relacionadas com o consumo público de água e com a legionela, que é uma matéria que ainda não está estancada na nossa região. Neste setor da água, para além daquilo que tem sido uma campanha de sensibilização ao longo de dois mil e dezoito, no sentido de perceberem que este é um recurso escasso e que tem que ser valorizado e que o Município está a fazer o seu trabalho nesta matéria, tem havia ao longo da sua história muitas dificuldades de abastecimento de água ao Concelho, estão a tentar em conjunto com a EPAL para que possamos ter outra entrada de água no Concelho, se tudo correr bem será uma realidade em breve, no entanto, tem que ser feito o trabalho na rede em baixa, que será resolver os problemas que a rede tem em termos de fugas, aumentar a capacidade de reservas de água e fazer pelo menos nos reservatórios que já estão identificados e continuar a trabalhar para que este setor se torne mais eficiente, aliviando não só as finanças municipais, mas sobretudo um recurso tão escasso e tão importante para a vida em sociedade. Depois este é um orçamento que continua os reforços na requalificação urbana , para tornar o concelho mais agradável para se residir, também se preocupam com as matérias da proteção civil e para além da questão que foi ventilada na comunicação social, que

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

foi lançada a primeira pedra com o Senhor Secretário de Estado Jorge Gomes e que querem continuar. É um orçamento que quer continuar a dar um passo em frente e que Arruda tenha uma equipa de intervenção permanente, que quer que quer em Arranho como em S.Tiago dos Velhos possamos ter uma equipa dos Bombeiros, este é um executivo que se preocupa também com a resposta da Associação dos Bombeiros Voluntários e por isso vão ter uma aumento naquilo que é a transferência corrente de financiamento para esta Associação. Depois de tudo isto tem projetos inovadores na área da educação, na área da ação social, na área da cultura, na área do turismo, é um orçamento que encontra uma legítima aspiração que as pessoas têm que seja um Município amigo das famílias e das empresas e por isso apresentaram um pacote fiscal bastante equilibrado e no seio da região, é competitivo com os demais municípios da região. Disse ainda que é um orçamento rigoroso, que acompanha um esforço de consolidação que equilibra na gestão municipal que não lhes tira a capacidade de sonhar e de poder defender um Município e um Concelho que seja mais duradouro, mais atrativo e que possa ter u futuro risonho pela frente, é um orçamento para os novos tempos e que se preocupa com o passado mas que tem uma forte componente de perspetiva para o futuro, e é um orçamento que têm todo o gosto em apresentar nesta Câmara Municipal e depois na Assembleia Municipal que aprovará estes documentos previsionais.. -----

- Foi este o enquadramento feito e sendo certo que têm presente um documento tão extenso e que tem um relatório tão detalhado, disse estar disponível bem como o Chefe da Divisão Financeira, para dar os esclarecimentos pretendidos em alguma questão mais concreta, embora estes pontos sejam os mais fulcrais que acabou de partilhar neste apresentação do orçamento. -

- - *O Senhor Vereador Luís Rodrigues*, colocou algumas questões relativamente a este documento:-----

- Começou por questionar se a quantia de cento e cinquenta mil euros para despesas de funcionamento (Insucesso Escolar) se se destina a alguma construção. -----

- Aquisição de viatura com refrigeração, (referida na rubrica do apoio social), que viatura é esta e qual a sua função. -----

- No apoio às famílias constata apenas uma verba de mil euros, que lhe parece insuficiente. O que tem a dizer sobre isto. -----

- Relativamente à requalificação do Bairro João de Deus, que o Senhor Presidente falou, perguntou se pretende mesmo avançar com essa requalificação, nos moldes em que está ou seja, transformá-lo em três blocos de habitação social ou se pondera alterar o projeto no sentido de inverter essa exclusiva utilização. -----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

- Na requalificação da Rua Francisco Borges, constata que tem uma verba de vinte e nove mil e seiscentos euros, com cofinanciamento não definido. A que se destina esta verba, se a obra está concluída. Se é falta de pagamento de alguma fatura ou qualquer outra coisa. -----

- Aproveitou para perguntar qual é o estado do Parque das Rotas, uma vez que lhe foi dito que a empresa que está a executar as obras, atravessa um período crítico, do ponto de vista financeiro e que se fala da sua falência ou insolvência. Gostaria de saber se tem alguma informação que confirma isto. Ainda nessa questão consta um montante de um milhão duzentos e trinta e oito mil setecentos e sessenta e cinco euros para essa obra. Questionou se é só esse o montante para esta obra. -----

- Quanto à beneficiação das estradas, consta no orçamento uma verba de quatrocentos e cinquenta mil euros, sendo que está definido o financiamento de duzentos e cinquenta mil euros, que presume que seja para realizar em dois mil e dezoito. Questionou se tem alguma indicação de quais são as vias que poderão ser intervencionadas, uma vez que os outros duzentos mil, não estão definidos e são avançados para o ano de dois mil e dezanove. -----

– O orçamento contém uma verba de cem mil euros para a Enoteca e outra de vinte cinco mil euros. Consta ainda uma verba de cem mil euros para a recuperação do mercado municipal. Perguntou ao Senhor Presidente se não considera demasiado elevada a verba de cem mil euros para marketing e dinamização deste evento, atendendo a que as verbas estipuladas para o apoio social e famílias carenciadas, são de valores muito inferiores. -----

– Consta também do documento em análise uma verba de cento e cinquenta mil euros, para o edifício da Cenafofo, mas esta verba não tem financiamento definido e é imputada para os anos vindouros. Questionou se há vontade real da Câmara em adquirir os terrenos da Cenafofo. -----

- Por último, disse ter verificado que existe uma verba de oitenta mil euros para aquisição de um veículo. Gostaria de saber que tipo de veículo é que a Câmara pretende adquirir. -----

RESPOSTAS DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA -----

- - O Senhor Presidente passou a responder às questões que foram colocadas pelo Senhor Vereador Luís Rodrigues. -----

- - Começou respondendo que, no insucesso escolar, o que está previsto é no âmbito da ITI (Investimento Territorial Integrado) que são fundos comunitários provenientes do programa 2020 através da Comunidade Intermunicipal do Oeste, aquilo que era o QREN anterior, que se chamava a contratualização, haviam verbas que eram contratualizadas entre aquilo que eram as comunidades intermunicipais, no caso a NUT3 do Oeste e o mais Centro, hoje é contratualizado entre estes dois, que é o programa operacional em causa, ainda não saíram os avisos daquela candidatura, aquilo que está identificado nos cento e cinquenta mil euros é o

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

bolo que nos cabe num rateio que foi feito pelos doze municípios que compõem a Comunidade Intermunicipal do Oeste, é este o valor que cabe ao Município de Arruda dos Vinhos, até poderá acontecer de não necessitarmos desta verba toda ou então necessitarmos de mais alguma, o que está mencionado é um projeto relacionado com os alunos com insucesso escolar, havia uma sala de autistas, que funcionava muito bem, no Centro Escolar em Arranhó. E queriam ser um concelho modelo naquilo que é o sucesso escolar para qualquer tipo de alunos, também para os alunos com cuidados educativos especiais, o projeto está indicado nesse sentido, as verbas no orçamento são verbas a definir e não comprometem os valores definidos em termos de orçamento. Quanto à questão da candidatura de refrigeração, esta questão está ligada com o ponto número sete da ordem do dia, candidatura da Missão Continente, ou seja, o Município de Arruda dos Vinhos vai candidatar-se a esta missão continente numa perspetiva de ter possibilidade de ser financiada a aquisição desta viatura ligeira de mercadorias que fará o transporte dos alimentos que serão rececionados através das cantinas escolares, quer as da Câmara quer as do EJAF e também do setor económico e empresarial e da restauração, a ideia será a loja social ser também para apoio à reutilização das refeições escolares e não escolares, neste caso é um projeto refood à nossa escala, reutilização das refeições e canaliza-las para as famílias mais carenciadas através dessa loja e esta viatura será uma mais valia neste investimento. -----

- Na área de apoio social e apoio às famílias, existe hoje um leque variado de apoios, como o cheque farmácia, a oficina domiciliária, a teleassistência, centro de ajudas técnicas, poderia falar de um conjunto tão variado de apoios que não têm referência numérica, em termos de dotação orçamental no apoio às famílias e às instituições, são apoios diretos que dizem respeito ao banco solidário, as conferências vicentinas definem em articulação com o banco solidário e com o apoio às famílias e fazem apoio direto às instituições, ou seja, com os parceiros que fazem parte do banco solidário, os valores que foram identificados são precisamente para apoio a esse banco solidário, há uma série de apoios dados pelo Município que não são idênticos aos de anos anteriores, estão colocadas as verbas suficientes de acordo com a execução de anos anteriores, se for preciso reforçar nas áreas sociais será o primeiro a seguir o exemplo e a pedir para se efetuar um reforço, ninguém com necessidades tem ficado sem apoio. -----

- Quanto à requalificação do Bairro Social João de Deus, disse haver uma afirmação de fundo sobre essa matéria, à um compromisso político muito forte que a requalificação do Bairro João de Deus seja feito para habitação social, do mesmo género e tipologia, porque entendemos que é uma opção estratégica para o Município que tem carência e necessidade de aumentar e melhorar a resposta existente, existe ali uma zona que está consolidada e que pode

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

perfeitamente albergar essa circunstância, depois temos a convenção Arruda 2025 documento estratégico que apontou nesse sentido e têm as eleições autárquicas de um de Outubro, que também sufragaram esta opção, também existe um argumento jurídico, à um ónus da utilização que se fizer daquele terreno terá que ser para fins sociais, é um situação discutível, mas está lá colocada quando foi da opção de compra, existe uma parte que compra outra que vende mas tem este ónus que o terreno tem que ser para fins sociais, e devemos preservar a vontade de quem vendeu e de quem comprou com determinada perspectiva; o argumento decisivo para esta decisão são todos que já foram referidos e a opção deste executivo é fazer habitação social naquele bairro, de requalificar a existente e fazer mais, uma vez que temos carência nessa área. Em relação a fazer três blocos habitacionais ou não, depois de ter sido consultado o IRU – Instituto de Reabilitação Urbana, o instituto colocou-nos outra opção que seria em vez de deitarmos abaixo e fazer de novo, reabilitarmos e alterarmos a tipologia do edificado existente e podermos fazer nas traseiras um novo bloco que pudesse albergar as necessidades que se entenda suficientes para a altura, preservando a traça e aquilo que é o valor simbólico e sentimental para os Arrudenses, que é forte, portanto, neste momento existe um ante projeto já desenvolvido, irão avançar com um projeto de especialidades, a posição do executivo e do que têm falado é mais favorável para manter o existente e com alterações na tipologia, em vez de ser T0 ser T1 à frente e depois fazer uma outra tipologia num edifício que se irá implantar nas traseiras desses edifícios existentes, esta é a opção proposta, como sendo mais forte, o investimento será menor do que se for feita com outra requalificação. -----

- Sobre a requalificação da Rua Francisco Borges, o financiamento a definir que consta no orçamento, diz respeito a faturas que estão por pagar ainda, a expectativa é poder paga-las até trinta e um dezembro, se assim for fica resolvido o assunto, se não conseguirem pagar, a partir de Janeiro terá que se colocar esses valores a definir, não é nenhuma intervenção a mais que se projeta fazer. Sobre o Parque das Rotas e sobre a insolvência da empresa, nada foi comunicado oficialmente, no entanto, as empresas de obras públicas no nosso país nos últimos anos são as que mais têm sofrido com a manutenção das mesmas, disse poder haver alguns problemas e apertos, que são normais nestas situações, das reuniões que tem tido com a gerência da empresa nunca foi nada comunicado e sempre nas declarações de dívida à Segurança Social e às Finanças, os documentos que nos têm apresentado estão em conformidade. Se houver esse risco existem mecanismos legais para se resolver esse problema. O valor mencionado é aquele que ainda se perspectiva pagar em dois mil e dezoito, tem uma boa execução, as faturas estão em dia e ainda têm uma parte do FEDER por receber, ainda temos oitenta e cinco por cento desta obra para receber. -----

- Em relação às estradas, duzentos e cinquenta mil euros estão definidos, ao longo do ano

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

podem ser reforçadas, disse ser um setor com muito ainda por fazer, mas já muito foi feito, já estão agendadas reuniões com os Senhores Presidente de Junta de Freguesia para se avaliar quais as estradas que devem ser reparadas e quais são as prioritárias, de acordo com aquilo que se fez no mandato anterior, esta é a melhor metodologia, em conjunto com os Presidentes de Junta e com a comissão técnica no sentido de analisar a rede viária, na óptica de intervenção a quatro anos e priorizar, com critérios que sejam tangíveis aquilo que serão necessidades de intervenção, quer pelo estado atual das vias quer pelo número de pessoas que é servida essa estrada quer seja pelo volume de tráfego, em função dos critérios definidos será definido um plano de ação que será plurianual. -----

- No que diz respeito à Enoteca tem também uma componente de financiamento que queremos que tem DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária que é um financiamento atribuído através da Leader Oeste, não há ainda o aviso de candidatura feito, estão algumas enquadradas nesta DLBC, a primeira que é Enoteca, mas também o Mercado Municipal em que temos também uma verba prevista que está também a definir e pressupõe que tenham as candidaturas aprovadas, ou seja, preferiram ver se a candidatura for aprovada ter os cinquenta por cento do cofinanciamento, neste caso, e depois encontrar os outros cinquenta por cento a financiar o investimento em causa, esse investimento está por excesso, o critério que presidiu à colocação desse investimento a definir é o mesmo que presidiu para o UTI do insucesso escolar, ou seja, no rateio era o montante que nos cabia em termos de FEF, e como não querem perder fundos para o nosso Município, carregando aquilo que consideram ser o máximo e depois não se gastar a totalidade do financiamento, mas fica essa questão salvaguardada, ainda não está aprovada a candidatura, só depois poderão ver se é muito ou pouco. -----

- Quanto ao edifício da Cenafofo, foi proposto à comissão da Cenafofo adquirir o imóvel, foi nomeado um liquidatário, existem situações pendentes ainda de obras que ainda foram feitas que ainda não estão devidamente pagas e a liquidação da sociedade ainda não está relativamente clara, até estarem resolvidas todas as dúvidas jurídicas sobre essa matéria, disse que só avançar quando estiver tudo conforme, para se avançar para a aquisição do imóvel, ainda demora mas também está parado há tantos anos e ninguém lhe deu qualquer destino noutros tempos, agora esperamos mais um pouco e somos muito criteriosos na seleção dos investimentos e na prioridade desses mesmos investimentos e é isso que vamos procurar fazer também com este assunto. No que diz respeito à verba de oitenta mil euros para veículo, é de leasing para veículos, são os encargos estimados para a aquisição de uma viatura pesada, uma viatura para o serviço das águas, uma viatura ligeira de cinco lugares e uma outra, ou seja, são quatro viaturas novas que pretendemos adquirir pelo sistema de leasing e esta é a estimativa

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

necessária para este sistema de aquisição, isto porque não temos condições para adquirir as viaturas a pronto pagamento, o orçamento está dotado para abrir esse procedimento, também tem que ir ao Tribunal de Contas porque tem o mesmo procedimento como se fosse um empréstimo. -----

- O Senhor Presidente disse que respondeu às questões colocadas, no entanto, se houver necessidade de mais algum esclarecimento, está ao dispor. -----

- - Foi deliberado, por maioria com uma abstenção, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, que a seguir se transcreve: -----

- - « I. Da justificação: -----

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que aprova o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, «(...) o *órgão executivo apresenta ao órgão deliberativo, até 31 de outubro de cada ano, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte*», devendo os documentos previsionais obedecer ao disposto no artigo 46.º do mesmo diploma; -----

Considerando ainda o disposto no n.º 2 do artigo 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, «*nos casos em que as eleições para o órgão executivo municipal ocorram entre 30 de julho e 15 de dezembro, a proposta de orçamento municipal para o ano económico seguinte é apresentada no prazo de três meses a contar da data da respetiva tomada de posse*»; -----

Considerando que o POCAL, no ponto 2.3 dispõe que «*os documentos previsionais a adotar por todas as autarquias locais são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento*», devendo na sua preparação ser respeitada a estrutura, bem como as regras previsionais consubstanciadas nesse diploma; -----

Considerando ainda que, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambas da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o regime jurídico das autarquias locais, compete à Câmara Municipal «*elaborar e submeter a aprovação da assembleia municipal as opções do plano e a proposta do orçamento*». -----

II. Da proposta: -----

Proponho que a Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, determine submeter os documentos previsionais a vigorar em 2018, a seguir discriminados, que instruem a presente proposta, e que desta são parte integrante como anexo, bem como submeter os mesmos à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma.

Relatório -----

Grandes Opções do Plano (GOP) -----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

Plano Plurianual de Investimentos (PPI)-----
Atividades Mais Relevantes (AMR) -----
Resumo do Orçamento -----
Resumo do Orçamento por capítulo-----
Orçamento-----
Resumo da despesa por classificação económica-----
Resumo da despesa por classificação orgânica -----
Resumo orçamental das GOP » -----
- - O Senhor Vereador Luís Rodrigues, absteve-se na votação deste ponto, tendo feito a seguinte declaração de voto, que a seguir se transcreve: -----
« (AS GOP e o Orçamento)-----
Como é sabido o PSD apresentou aos Arrudenses um projecto de desenvolvimento integrado e harmonioso para o nosso concelho em que o Turismo Rural e da Natureza assume um papel dinamizador e de principal factor de coesão e sustentabilidade. Entendíamos, e continuamos a entender, salvo o devido respeito por opinião diferente, que esta área económica, assim como os projectos associados a esta visão estratégica, podem não só promover o comércio local, criar riqueza e emprego, como transformar o nosso concelho numa referência nacional. -----
Nesta linha de pensamento, propusemos, nomeadamente a criação de um NaturaPark, dos Passadiços dos Fortes, de uma Rede de Eco trilhos e, ainda, de um Centro de BTT, atendendo às nossas excepcionais qualidades endógenas, ambientais e paisagísticas, para a prática de desportos ao ar livre e da natureza. Aliás, facto que foi recentemente reconhecido pela Senhora Vice-Presidente, com o pelouro do Turismo, quer em publicações nas redes sociais, quer num programa televisivo. Não obstante, certo é que nenhum dos nossos projectos foi contemplado pelo actual executivo nas GOP. O que se lamenta! -----
Na verdade, ultrapassadas as eleições autárquicas, o que interessa e importa fazer é, sobretudo, acolher o contributo de todos e trabalhar com o objectivo de proporcionar às pessoas que vivem no nosso concelho mais e melhor qualidade de vida. -----
É com esta postura construtiva que queremos exercer o mandato e que nos propomos analisar as Grandes Opções do Plano (GOP) e o Orçamento, principais instrumentos da política do executivo para o ano de 2018. Afinal, de contas aquilo que nos move são os interesses do concelho e dos Arrudenses e não quaisquer interesses ou querelas político partidárias. -----
Dito isto, da análise efectuada, o que mais salta à vista num orçamento que ultrapassa os 12 milhões de euros, é que as áreas sociais da saúde e da acção social sejam contempladas, a primeira com uns míseros €23.800 e a segunda com €71.500, incluindo já a acção social escolar! Citando alguém bem conhecido é “*poucochinho*”!-----

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

No que respeita à área da educação verificamos o retomar de projectos que apostam na melhoria de meios físicos, e bem, como sucede com a requalificação dos Centros Escolares do Casal Telheiro, Arranhó e São Tiago dos Velhos. Acontece que nenhum deles tem *“financiamento definido”*, isto é, não lhe estão atribuídas verbas, logo são de execução praticamente impossível. Apesar disso são projectos que contam com o nosso apoio. -----

Já não podemos dizer o mesmo de uma das bandeiras do actual executivo e que respeita à requalificação do Bairro João de Deus para habitação social, tal como está definido no Plano de Acção de Regeneração Urbana (PARU), que, por sinal, também se encontra sem *“financiamento definido”*. Transformar aquele espaço nobre da principal entrada da Vila em blocos de habitação social, por muito respeito que nos merecem as famílias carenciadas, é, quanto a nós, um erro crasso que inviabiliza a sua utilização pelos Arrudenses. Por isso, defendemos que esta entrada deve ser valorizada e dignificada com a criação de um espaço de lazer e cultura, que possa ser usufruído por jovens, menos jovens, enfim por todas as famílias Arrudenses. Como diz o poeta brasileiro Manoel de Barros *“aprender é errar bem”*. Esperamos que o executivo erre bem e tenha a coragem de recuar neste seu projecto!-----

No que toca à requalificação da Zona Histórica da Vila de Arruda dos Vinhos, cuja execução defendemos como prioritária, aquilo que constatamos é que se trata de mais um projecto sem *“financiamento definido”*. Tal facto dá a entender que essa requalificação não é uma prioridade para o actual executivo. O que mal se compreende, atenta a posição assumida durante o período eleitoral! -----

Este executivo apresentou uma outra bandeira eleitoral, referimo-nos à construção da circular rodoviária de ligação às zonas industriais de Arruda (variante à Vila). Esta é uma ambição antiga quer do PS quer do PSD. Aliás, a sua execução esteve contemplada como uma das contrapartidas do aeroporto da Ota. Pelas razões de todos conhecida tal não aconteceu. Mas é um projecto que conta, naturalmente, com o nosso apoio. Todavia, também este não tem *“financiamento definido”*, como infere-se das GOP, e o executivo camarário equaciona avançar só em 2019 ou 2020! Dai as nossas reservas e dúvidas quanto às reais possibilidades da sua execução! -----

Relativamente aos projectos da ponte pedonal entre a Rua Policarpo Martins e a Zona envolvente ao pavilhão Multiusos e do prolongamento da rede concelhia de saneamento básico do Carrasqueiro e da Carvalha, merecem o nosso apoio, apesar de sermos confrontados, mais uma vez, com a falta de financiamento para os executar. -----

No entanto, se é verdade que no que respeita aos projectos acima referidos, manifestámos as nossas reservas e num caso a nossa firme oposição, também não é menos verdade que registamos como sinal positivo o facto de se contemplar o aumento, ainda que tímido, das

Amadeu

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

transferências para as Juntas de Freguesia; a instalação de uma creche e berçário no Centro Escolar de Arranhó; o reforço do apoio à Associação dos Bombeiros Voluntários de Arruda dos Vinhos; a instalação de um sistema de monitorização e gestão de abastecimento de água; a candidatura das Tertúlias Moveis a património imaterial (embora consideremos exagerado os €35.000 afectos em comparação com os apoios de €6.000 às instituições sociais e de €1000, às famílias carenciadas); a ajuda financeira ao Centro Social de São Tiago dos Velhos, lamentando apenas que o Centro Social de Arranhó não tenha sido igualmente contemplado. -- Em síntese, se há alguma ilação a tirar destas GOP é a de que todos os projectos, ditos estruturantes, estão numa situação de “*financiamento não definido*”. O mesmo é dizer que o actual executivo não os assume como prioridades nem dá quaisquer garantias de os vir a executar. Dito por outras palavras, o executivo propõe-se executar virtualmente uma serie de obras e projectos, mas na realidade sabe que dificilmente vão passar do papel. -----

Com efeito, considerando que: (i) a nossa visão estratégica para o desenvolvimento do concelho está nos antípodas da contemplada nestas Grandes Opções do Plano; (ii) não é dada prioridade ao Turismo Rural e da Natureza como factor de coesão e sustentabilidade do seu crescimento económico; (iii) nenhuma das nossas propostas foi contemplada; (iv) nenhuma das propostas apresentadas pelo executivo, como estruturantes, tem “*financiamento definido*”; não estão reunidas as condições mínimas para aprovar o Orçamento e as GOP. -----

Deste modo, consideramos mesmo que este orçamento não passa de um mero processo de intenções mitigado com uma enorme dose de ilusão. Em duas palavras, diríamos que se trata de um orçamento INSENSATO e VIRTUAL!-----

No entanto, ainda assim, entendemos dar o benefício da dúvida ao actual executivo, na expectativa que nos possa surpreender com o recuo no projecto da requalificação do Bairro João de Deus e com a execução da variante à Vila de Arruda e dos projectos de requalificação dos Centros Escolares do Casal Telheiro, Arranhó e São Tiago dos Velhos, razão pela qual nos vamos abster em vez de votar contra. »-----

Deliberações / Minutas -----

- - De todas as deliberações anteriores foram redigidas minutas, as quais foram aprovadas e assinadas pelos intervenientes de modo a produzirem efeitos imediatos, ficando os respetivos documentos devidamente arquivados, na pasta a que respeita esta ata. -----

Intervenção do Público -----

- - Esteve presente o Senhor António Duarte, residente em Arruda dos Vinhos, tendo começado por cumprimentar o Senhor Presidente, os Vereadores e todos os colegas das Associações, em representação de “Caminho Landers”, dizendo que os PingaTrail este ano pela primeira vez este ano por altura das tasquinhas, conseguindo juntar cerca de quatrocentas

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

e setenta pessoas, sendo mais de quatrocentas de fora do concelho, de Bombarral, Porto, Setúbal e Santarém, todos gostaram, tendo corrido tudo bem, agradecendo à Câmara Municipal e a todos os funcionários que deram uma ajuda nesta organização, deixando uma pequena oferta para marcar este pequeno momento, já nos solicitaram que para o ano haja uma nova edição.-----

- - O Senhor Presidente, em nome da Câmara agradeceu aos PingaTrail, na pessoa do António Duarte e toda a equipa o presente e todo o contributo que deram para enaltecer esta edição da vigésima Festa da Vinha e do Vinho, disse ainda que, foi uma experiência bem sucedida, foi aquilo que lhe transmitiram. Disse que se o grupo está motivado para continuar, o certame está também disponível para os receber.-----

Documentos para Conhecimento-----

Resumo Diário de Tesouraria-----

- - A câmara municipal, tomou conhecimento da posição da Tesouraria, através do respetivo resumo diário do dia anterior a esta reunião, o qual acusava um saldo orçamental de euros 297 814,79 (duzentos e noventa e sete mil, oitocentos e catorze euros e setenta e nove cêntimos).-----

Licenciamento de Obras Particulares-----

- - Presente relação dos processos objeto de despacho pela Senhora Vice-Presidente nos termos do despacho n.º 3218 de 30-10-2017, por sub-delegação de competências por parte do Sr. Presidente da câmara de 30 de outubro de 2017-----

- - Processo n.º 85/2017 – Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Arruda dos Vinhos-----

Licenciamento de ampliação de quartel dos bombeiros, sito em Rua Luís de Camões, E.N. 115-4, freguesia de Arruda dos Vinhos.-----

Deferido por despacho da Sra. Vice-Presidente da Câmara de 14-11-2017, em conformidade com o parecer dos serviços.-----

Orçamento de Estado para 2018 – Parecer-----

- - Presente proposta de lei do Orçamento de Estado para 2018 - Parecer do Conselho Geral da ANMP-----

Conselho Económico Estratégico de Arruda dos Vinhos-----

- - Designação do Presidente do CEEAV – integração de novos membros no CEEAV-----

Encerramento-----

- - E não havendo nada mais a tratar deu-se por encerrada a presente reunião eram dezassete horas, da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor

Câmara Municipal de Arruda dos Vinhos – Reunião Ordinária de 27 de novembro de 2017

Presidente e pela Chefe da Unidade Administrativa e de Modernização, nos termos do disposto no artigo 57.º da Lei número 75/2013 de 12 de setembro. -----

Ana Luísa da Silva
Ana Luísa Alves Marques Araújo

